



RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2023



Maio/2024

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução	03
II. Relatório dos Auditores Independentes	04
III. Extensão dos Trabalhos	08
IV. Demonstrações Contábeis	09
V. Relatório Circunstanciado da Auditoria	44

Campinas/SP, 06 de maio de 2024

Aos
Administradores da
FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
Ribeirão Preto/SP

Estivemos nas dependências da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Demonstrações Contábeis
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA
Roberto Araújo de Souza
Sócio Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**, que compreendem o balanço patrimonial, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Estudos sobre o imobilizado e intangível

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Consequentemente, não foi possível satisfazer-mos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Fundação tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação/amortização acumuladas registradas no ativo não circulante, e da despesa de depreciação/amortização registradas no resultado do exercício.

Teste de impairment (teste de recuperabilidade)

A Administração da Fundação não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 01 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Ênfases

Déficit acumulado e continuidade das operações

A entidade possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), em virtude de déficits acumulados, no valor de R\$ 7,175 milhões (R\$ 13,990 milhões positivo em 2022). Em 2023 o Déficit apurado foi de R\$ 6,148 milhões, (superávit de R\$ 259 mil em 2022). As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma entidade no curso normal de suas atividades. A continuidade das operações depende da manutenção controlada dos fluxos de caixa de pagamentos, e pelos recursos obtidos junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Controles Internos

A entidade possui várias normas disciplinando os procedimentos internos operacionais. Tais normas não estão descritas num Manual de Controles Internos devidamente aprovado e implementado a um sistema informatizado integrado (ERP – Gerenciador de todas as operações), o que dificulta a formação de uma opinião sobre possíveis distorções relevantes na elaboração das demonstrações contábeis e que são responsabilidade da administração da fundação.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outros auditores que emitiram relatório em 05 de maio de 2023 com opinião com sem modificação, sobre essas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e

nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 23 de fevereiro de 2024



CRC2SP023856/O-1
CNPJ 07.791.963/0001-08



ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3
Sócio

EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso CONTRATO nº 514/2023 e Processo nº 113/2023, foram realizados serviços de Auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos não evidenciamos nenhum efeito significativo que pudesse ocasionar reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, exceto aqueles comentados em nosso relatório circunstanciado, que é parte integrante deste relatório.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2023 E DE 2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS
..... 3

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
..... 4

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
..... 5

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
..... 5

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
..... 6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
..... 7

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO DE 2023 E 2022
EM REAIS

	Nota Explicativa	2023	2022
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.298.524	23.642.046
Contas a receber	5	6.898.121	9.872.961
Estoques	6	4.053.092	6.258.930
Outros créditos	7	942.442	1.027.101
Despesas antecipadas		3.662	3.336
Total do ativo circulante		41.195.840	40.804.374
Ativo Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	14	1.424.813	568.061
Imobilizado	8	12.094.326	12.271.437
Total do ativo não circulante		13.519.139	12.839.498
Total do ativo		54.714.979	53.643.872
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	-	757.521
Fornecedores e prestadores de serviços	10	8.325.832	8.887.501
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	5.873.088	5.391.036
Provisão de Férias e encargos		8.769.838	6.816.211
Outras obrigações	12	2.989.635	2.235.584
Contratos de gestão e convênios a realizar	13	27.981.400	7.972.066
Total do passivo circulante		53.939.793	32.059.919
Passivo não circulante			
Outras obrigações	12	5.154.862	5.482.894
Provisão para contingências	14	2.795.793	2.110.926
Total do passivo não circulante		7.950.654	7.593.820
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(4.673.712)	9.955.569
Ajuste de avaliação patrimonial		3.630.061	3.758.152
Reserva de doações		16.740	16.740
Déficit/Superávit acumulado		(6.148.559)	259.672
Total do patrimônio líquido	16	(7.175.469)	13.990.133
Total do passivo e patrimônio líquido		54.714.979	53.643.872

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022
EM REAIS

	Nota Explicativa	2023	2022
Receitas		166.132.119	153.697.769
Serviços de Saúde	17	161.633.314	148.158.407
Pacientes Particulares		154.434	50.286
Receitas com SUS		158.257.214	144.606.279
Receitas com Convênios		3.400.229	3.758.788
Deduções de Receitas com SUS e Convênios		(178.562)	(256.947)
Outras Receitas Operacionais	17	4.036.674	2.515.750
Receitas Financeiras	20	309.538	489.615
Receitas Diversas	19	152.592	2.533.996
Despesas	18	172.280.677	153.438.098
Despesas Operacionais		172.054.621	151.147.391
Despesas Administrativas		171.434.975	151.147.391
Despesa com Pessoal		57.305.985	51.714.235
Despesas com Encargos		4.635.250	4.134.336
Provisões Trabalhistas		13.020.864	10.598.742
Serviços de Terceiros		64.373.565	55.011.842
Materiais e Medicamentos		21.361.142	20.878.944
Materiais em Geral		754.688	695.048
Impostos, taxas e contribuições		964.225	230.232
Despesas Gerais		7.896.574	6.918.636
Depreciações e Amortizações		472.603	315.298
Trabalho Voluntário - ITG 2002 (R1)		650.079	650.079
Perda e Provisão pra Perda		619.646	2.015.729
Despesa com PCLD		92.490	622.348
Despesa com Provisão para Contingências		527.156	1.393.381
Despesas Financeiras	20	226.057	274.978
Despesas Financeiras		226.057	274.978
Resultado do Período		(6.148.559)	259.672

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
EM REAIS

	2023	2022
Déficit/Superávit do período	(6.148.559)	259.672
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(128.091)	(130.577)
Resultado Abrangente do Exercício	(6.276.650)	129.095

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
EM REAIS

	Capital Social	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Saldos em 1° de janeiro de 2022	17.109.504	-	7.064.566	3.888.729	13.933.668
Aportes recebidos					-
Doações recebidas					-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(130.577)		(130.577)
Resultado do Período	(5.261.333)	5.188.704			(72.629)
Resultado do exercício	259.672				259.672
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.107.843	-	1.875.862	3.758.152	13.990.133
Aportes recebidos					-
Doações recebidas					-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(128.091)		(128.091)
Resultado do Período	(259.672)	(14.629.281)			(14.888.953)
Resultado do exercício	(6.148.559)				(6.148.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.699.612	-	16.505.143	3.630.061	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
EM REAIS

	2023	2022
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Déficit / Superávit do exercício	- 6.148.559	259.672
Ajustes para conciliar o superávit/déficit do exercício às disponibilidades geradas		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	92.490	622.348
Depreciações e amortizações	472.603	445.875
Juros sobre empréstimos	23.547	89.639
Reversão de demandas judiciais	1.670.245	982.955
Resultado do exercício ajustado	- 3.889.675	2.400.489
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(6.900.636)	(401.911)
Estoques	4.053.092	1.307.902
Outros Ativos	939.927	769.077
Fornecedores	1.116.275	1.762.220
Obrigações sociais e provisões de férias	(4.930.375)	(793.109)
Outras obrigações	2.989.635	291.476
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	- 6.621.756	5.336.144
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e investimento temporários	(7.140.716)	(1.424.656)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades investimentos	(7.140.716)	(1.424.656)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	240.435	108.468
Liquidação dos empréstimos, financiamentos e juros	(2.391.551)	(807.120)
	-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	- 2.151.116	698.652
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	- 15.913.588	3.212.836
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	29.298.524	23.642.046
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	23.642.046	20.429.210
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	- 15.913.588	3.212.836

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

2.

CONTEXTO HISTÓRICO

O Hospital Santa Lydia foi instituído pela Fundação Ribeiro Pinto e inaugurado em 27/01/1960 com o propósito de atender principalmente crianças carentes de Ribeirão Preto e região, em um momento difícil para o país devido ao surto de poliomielite e meningite.

Com o passar dos anos e a mudança do perfil epidemiológico do País, o Hospital Santa Lydia passou a ser um hospital geral, atendendo as diversas clínicas com ênfase ao atendimento pediátrico especificamente a UTI infantil e neonatal. Assim como outras clínicas como cuidados intensivos adulto e ortopedia.

A busca contínua por novas técnicas e a humanização sempre foram os ideais de seus gestores que fizeram do Hospital Santa Lydia uma referência reconhecida e respeitada pela sociedade. Sempre aberto à comunidade acadêmica permitiu a formação de reconhecidos profissionais de saúde que atuam nas mais diversas e importantes instituições de saúde do país.

FUNDAMENTAÇÃO E FINALIDADE

A Fundação Hospital Santa Lydia, inscrita no CNPJ nº 13.370.183/0001-89, sediada em Ribeirão Preto, foi instituída pela Lei Municipal Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010 e, através da Escritura Pública de Doação de maio de 2011, a Fundação passou a ser sucessora dos bens, direitos e obrigações da personalidade jurídica do Instituto Santa Lydia, que iniciou suas atividades de assistência em saúde no ano 1960, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas.

A finalidade principal da Fundação é a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência e atividades hospitalares

destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS moradores de Ribeirão Preto, tendo autonomia administrativa, operacional e financeira, além de plena gestão dos seus bens e recursos regidos por seus atos consecutivos e pelo seu Estatuto Social.

Em seu Estatuto Social está previsto no Capítulo V, Seção 1, da Organização, que a Fundação contará com os seguintes órgãos:

I-) Conselho Curador,

II-) Conselho Fiscal e

III-) Diretoria Executiva que é detalhada suas funções nas Seções II, III e IV.

Devemos observar que na Lei Municipal nº 2415 de 14 de outubro de 2010 que autorizou a Instituição da Fundação, prevê no artigo 4º que a "Fundação Hospital Santa Lydia" poderá celebrar contrato de gestão com o Poder Público, na forma prevista no art. 37, parágrafo 8º da Constituição Federal.

Cabe ressaltar que a Fundação Hospital Santa Lydia sucedeu ao Instituto Santa Lydia, conforme Lei Municipal nº 2415, que autorizou a criação da instituição, tornando o CNPJ nº 13.370.183/0001-89 independentes do Instituto Santa Lydia (CNPJ nº 56.000.052/0001-12).

ESTRUTURA GERENCIAL

Atualmente a Fundação está organizada em um prédio administrativo localizado na Rua Maurílio Biagi nº 1510, Ribeirão Preto - SP, no qual mantém toda a estrutura administrativa necessária para gerenciamento dos contratos de gestão e convênios.

Ao total, a Fundação realiza a gestão de 10 serviços de saúde, sendo dois Hospitais – Hospital Santa Lydia e Hospital Municipal Francisco de Assis;

Quatro unidades de urgência e emergência - Unidade de Pronto Atendimento - UPA Dr. Luís Atilio Losi Viana (UPA Leste), Unidade de Pronto Atendimento - UPA Prof. Dr. João José Carneiro (UPA Oeste), Unidade de Pronto Atendimento - UPA Nelson Mandela (UPA Norte) e Pronto Atendimento UBDS Vila Virgínia (UBDS Vila Virgínia);

Duas unidades Básicas de Saúde - Unidade Básica de Saúde Prof. Zeferino Vaz - UBS Quintino I e Unidade Básica de Saúde Dr. Luiz Gaetani - UBS Cristo Redentor;

Um serviço de reabilitação de Ribeirão Preto (SERERP) e;

Um Centro de Atenção Psicossocial - CAPS III AD com Suporte a urgência. (CA3AD);

Essa estrutura gerencial deve aumentar em 2024, com a inauguração da Unidade de Pronto Atendimento do bairro Ribeirão Verde, no qual a Fundação espera compor a gestão.

A unidade de pronto atendimento contará com consultórios, ambulatórios, área de ambulâncias, estacionamento e toda estrutura necessária para atender urgências e emergências de diversos bairros da região que está em pleno crescimento. A UPA Ribeirão Verde prevê a construção da Unidade de Pronto Atendimento e uma Base descentralizada do SAMU-192 para atender os moradores da região.¹

Dessa forma, a Fundação centralizará todo o atendimento público de urgência e emergência de Ribeirão Preto.

RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2023

Com o intuito de fornecer apoio à Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto a Fundação Hospital Santa Lydia resolveu várias demandas assistenciais no exercício de 2023, o que contribuiu em benefícios aos munícipes da cidade de Ribeirão Preto.

Por meio dos contratos de gestão das unidades de pronto atendimento de Ribeirão Preto, podemos destacar que foram mais de 719.000 atendimentos médicos entre adultos e crianças (pediatria). Houve também mais de 10.900 atendimentos odontológicos de urgência, além de 587.672 exames laboratoriais e 116.220 exames de radiodiagnóstico.

No Hospital Santa Lydia, as produções anuais refletiram em 490 cirurgias do aparelho da visão, 106 cirurgias em nefrologia, 232.694 diagnósticos em laboratório clínico, 57.686 diagnósticos por radiologia, 18.784 diagnósticos por ultrassonografia, 44.262 métodos diagnósticos em especialidades, 36.212 consultas/atendimentos, 1.744 tratamentos clínicos (outras especialidades), 1.916 pequenos procedimentos cirúrgicos, 4.907 consultas em cardiologia e 9.810 consultas ortopédicas.

Por meio das unidades básicas de saúde, tivemos mais de 16.900 atendimentos de clínica geral, 9.204 atendimentos na especialidade de ginecologia, 10.453 atendimentos em

¹ <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/upa-ribeirao-verde-comeca-a-ser-construida>

pediatria, 6.190 atendimentos enfermagem, 6.907 atendimentos Odontológicos e 1.208 atendimentos farmacêuticos.

Importante contextualizar que o exercício de 2023 foi o primeiro ano após o início da pandemia que a Fundação não precisou direcionar esforços específicos para combate da Covid-19.

Contudo, devemos ressaltar que o atendimento do Hospital representava 70% de demandas derivadas do SUS, sendo o restante derivado da saúde suplementar e cirurgias particulares. Com o início da pandemia de covid-19, toda estrutura do hospital foi adaptada para receber casos de covid-19, afastando as demandas da saúde suplementar e das cirurgias particulares.

Essa mudança afetou inicialmente a receita do Hospital que, infelizmente mesmo após a readequação, muitos convênios e profissionais médicos não retornaram a parceria com o Hospital Santa Lydia, tornando necessário a contratualização com a Secretaria Municipal de Saúde para direcionar 100% da demanda SUS ao Hospital.

Outro ponto relevante foi a emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB do Hospital Santa Lydia, que desde 1982 não havia registro de regularização.

UNIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO E REORGANIZAÇÃO CONTRATUAL DAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024

A Fundação em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto realizou no final de 2023 a unificação dos contratos de gestão para gerir as unidades de pronto atendimento de urgência e emergência.

O projeto de unificação dos contratos de gestão apresentou o dimensionamento de recursos humanos, a reorganização na estrutura de atendimento médico e o reequilíbrio econômico financeiro da estrutura, visando principalmente manter a qualidade na prestação de serviço, atender as obrigações constantes no contrato de gestão, além de observar os requisitos legais, mitigando riscos trabalhistas, acúmulo de jornada de trabalho, entre outros.

RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS MÉDICOS

Conforme demonstrado no ofício nº 197/2023, o dimensionamento das horas médicas foi realizado seguindo os parâmetros da resolução nº 2073/2014 do Conselho Federal de Medicina, no qual dispõe sobre a normatização do funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24h e congêneres, bem como do dimensionamento da equipe médica e do sistema de trabalho nessas unidades.

Apresentamos os ajustes das horas médicas necessárias por unidade e por especialidade, além do impacto financeiro da adequação. Com relação ao dimensionamento de recursos humanos proposto por meio do ofício nº 180/2023, adequamos o número de profissionais da assistência utilizando os parâmetros das resoluções nº 564/2017, nº 661/2021, nº 543/2017 do COFEN, bem como a Lei nº 13.021/14.

Além disso, houve necessidade de ajustes nas quantidades de alguns profissionais para o cumprimento nos moldes estabelecidos no contrato de gestão (expostos e justificados no ofício nº 180/2023). Dessa forma, indicamos os ajustes no quadro de recursos humanos, permanecendo com o ajuste de 3% (dissídio).

CUSTO OPERACIONAL

Em continuidade ao exposto no ofício nº 197/2023, disponibilizamos a projeção do custo operacional para o exercício de 2024. Os valores foram provisionados utilizando como base o histórico de todo o exercício de 2022 (por unidade), além da atualização dos valores contratuais realizados no exercício de 2023, acrescidos da aplicação do índice de correção inflacionária, disposto nos contratos pactuados pela Fundação (IPCA/IBGE) – que no acumulado dos últimos doze meses resultou em 4,88% (ref. setembro 2022 a setembro 2023).

Em razão das considerações realizadas e, considerando o orçamento inicial projetado pela Secretaria Municipal de Saúde para custeio do contrato de gestão de pronto atendimento unificado, a Fundação Hospital Santa Lydia, solicitou o incremento orçamentário no valor total de R\$ 22.917.942,27 (vinte e dois milhões e novecentos e dezessete mil e novecentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), representando um reajuste de 21% do valor inicial projetado, subdividido na seguinte proporção, vejamos:

Recursos Humanos: R\$ 3.822.225,24 – representando 17%;

Serviços Médicos: R\$ 11.397.211,33 - representando 50% e;

Custo Operacional: R\$ 7.698.505,70 - representando 33% do valor total solicitado.

No entanto, por razões orçamentárias, a Secretaria Municipal de Saúde não conseguiu conceder o reajuste nas proporções indicadas, motivo pelo qual tivemos que reorganizar algumas estruturas.

UNIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO E REORGANIZAÇÃO CONTRATUAL DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Seguindo as mesmas diretrizes das unidades de pronto atendimento, foi proposto a unificação dos contratos de gestão das unidades básicas de saúde administradas pela Fundação, qual seja, Unidade Básica de Saúde Prof. Zeferino Vaz – UBS Quintino I e Unidade Básica de Saúde Dr. Luiz Gaetani – UBS Cristo Redentor.

Tal medida tem objetivo de centralização e padronização das obrigações contratuais, além de facilitar a gestão, organização e distribuição de recursos e atividades, de modo que as metas e indicadores possam refletir na produção de cada unidade.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO HOSPITAL SANTA LYDIA

Na busca do reequilíbrio econômico-financeiro do Hospital Santa Lydia, a Fundação buscou explicitar para a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto que o hospital Santa Lydia enfrentava uma situação econômica sensível.

No orçamento aprovado de 2023, havia um déficit financeiro previsto na estrutura de cerca de 3.000.000,00 (três milhões de reais), entretanto no decorrer do exercício, a situação foi agravada, principalmente devido ao aumento de custo assistencial causado pelo impacto da covid-19 e a queda de faturamento em razão da desatualização da tabela SUS.

Diante disso, a Fundação solicitou apoio financeiro da Secretaria Municipal de Saúde no valor de 2.015.436,44 (dois milhões quinze mil quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos) por meio do ofício nº 153/2023, posteriormente ratificado na reunião do

conselho curador que ocorreu em 27 de outubro de 2023, cuja a votação da ata ocorreu no dia 27 de novembro de 2023 – aprovada por unanimidade.

Ainda sobre a reunião do dia 27 de novembro, foi incluído como pedido extra, a exposição da situação financeira do Hospital Santa Lydia, ressaltando sobre os prejuízos gerados pelos serviços de UTI pediátrica no valor de R\$ 1.252.925,02 e o serviço de imagem no valor de R\$ 762.511,42, totalizando R\$ 2.015.436,44.

Essa situação será agravada após o apontamento realizado pelos órgãos de Vigilância Sanitária e Ministério Público Estadual ao Hospital Santa Lydia, no qual apontaram sobre a necessidade de substituição do sistema aberto para o sistema de nutrição parenteral – sistema fechado, notadamente resultando em aumento de custo no valor total estimado de R\$ 391.178,00 para o exercício de 2024, conforme exposto pela gerente administrativa por meio do ofício nº 069/2024.

Por esse motivo, o diretor administrativo reforçou o pedido de suplementação de recurso, citando inclusive os ofícios nº 153/2023 e 175/2023, no qual foram negados de início pela Secretaria Municipal de Saúde, argumentando que a Fundação deveria aguardar a implementação da tabela paulista em janeiro de 2024.

Devemos destacar que a defasagem da tabela SUS, além dos custos operacionais crescentes como aquisição de insumos, pagamentos de profissionais de saúde, manutenção das instalações e modernização de equipamentos médicos, sobrecarregando os recursos financeiros. Infelizmente, a tabela do SUS não tem acompanhado adequadamente o crescimento dos preços, resultando em uma situação financeira insustentável.

Esse cenário já era de conhecimento da Administração Pública Municipal, inclusive em março de 2023 foi criado o programa "Mais Saúde Ribeirão" no qual seu objetivo previa um aumento de 50% na verba destinada à Beneficência Portuguesa e Santa Casa - entidades igualmente relevantes em nosso sistema de saúde. No entanto, o Hospital Santa Lydia, embora enquadrado na mesma tabela e na forma remuneratória, não foi contemplado por este aumento de recurso.

Em razão disso, a Fundação manifestou-se no sentido de requerer uma suplementação de recursos financeiros a Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir a continuidade dos

serviços prestados, de modo que o Estado de São Paulo – por meio do Governador do Estado, já havia divulgado a Tabela SUS Paulista.

Na medida adotada, o governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Saúde, complementar o valor que os hospitais receberiam atualmente do Ministério da Saúde pelos procedimentos hospitalares. Dessa forma, as unidades poderiam receber até cinco vezes a tabela nacional do SUS.²

No entanto, em razão da argumentação apresentada, os pedidos foram inicialmente indeferidos pela Administração Pública Municipal, motivo pelo qual foi informado pela Secretária Municipal de Saúde sobre um novo pedido de avaliação ao Secretário Municipal de Governo, conforme pautado na ata do conselho do dia 27 de novembro - pedido extra.

Insta consignar que em outros exercícios, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto realizou repasses financeiros para a Fundação, o último deles em 2021 por meio de Lei ordinária nº 14.604/2021³, no qual destinou o valor R\$ 2.627.322,44 decorrentes do saldo dos contratos de gestão do exercício de 2020.

IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE NA FUNDAÇÃO

Seguindo as diretrizes para implantação da política de integridade na Fundação, cujo objetivo central é estabelecer por meio de mecanismos e procedimentos internos, a promoção da integridade das rotinas e processos, através do trabalho de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades, no qual visa notadamente prevenir casos de corrupção, bem como orientar por meio de políticas claras e objetivas o padrão de conduta esperado no desempenho das funções de seus administradores, empregados e conselheiros.

Políticas bem definidas e a aplicação dos códigos e instruções, serão essências para manter uma cultura ética dentro da instituição, de modo que contribua para que seja detectado e mitigados eventuais casos de desvios, fraudes e irregularidades.

² Disponível em: <https://www.fehosp.com.br/noticias/detalhes/6400>

³ Disponível em:

https://publico.camaraaribeiraopreto.sp.gov.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=11281

Nesse sentido, promovemos algumas políticas para alcançar os objetivos traçados, sendo elas: Política Interna de prevenção de violência contra a mulher, política de uso de mídias sociais, política de segurança para controle de acesso remoto, política interna de promoção da saúde e prevenção de violência à pessoas LGBTQIAPN+, política de segurança da informação, política interna da ouvidoria, política de segurança de dispositivos móveis e a política para classificação e tratamento das informações.

A Fundação também está em fase final para implantação do código de conduta e ética, nele contendo as diretrizes norteadoras da instituição, que devem orientar o trabalho realizado por todas as pessoas que atuam na instituição ou mesmo para a FHSL, de maneira direta ou que agem em seu nome.

O Código de Conduta e Ética traz aos administradores, colaboradores, parceiros comerciais, pacientes e à comunidade um guia prático sobre os princípios e valores, os padrões legais e éticos que orientam a condução dos trabalhos da FHSL, assim como as normas internas aplicáveis a todos os integrantes da Fundação e aos terceiros que com esta contratam, como fornecedores e/ou prestadores de serviços.

MODERNIZAÇÃO E INVESTIMENTO

Na busca contínua de melhoria de toda estrutura da Fundação, mesmo com as adversidades enfrentadas desde o início desta gestão em 2018, a Fundação segue investindo na estrutura do Hospital Santa Lydia com a modernização e ampliação dos equipamentos médicos/cirúrgicos, instrumentais, conservação e ampliação das estruturas de tecnologia e comunicação, conforto, predial, enxoval, entre outros, ultrapassando o valor de R\$ 4.350.000,00 (quatro milhões trezentos e cinquenta mil reais).

Para além dos investimentos no Hospital Santa Lydia, devemos destacar a nova sede administrativa da Fundação, cuja concepção de estrutura unificada, resulta em eficiência e diminuição de custo, pois para gerenciamento de cada unidade, haveria necessidade de provisionamento de pessoal ou contratação de prestação de serviço para aquisição de materiais e medicamentos, rotinas de departamento pessoal, financeiro, contábil, ou seja, cada contrato teria que dispor de estrutura administrativa mínima para execução dos serviços.

No modelo adotado, a unificação da estrutura administrativa ganha em eficiência, além de reduzir o custo dos contratos pactuados com a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas – CPC para PME's. Consideram, ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e demais alterações.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 30 de abril de 2024. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios

econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Fundação, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a

Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

d) *Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)*

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2023.

e) *Caixa e equivalentes de caixa*

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de

caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

f) Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios, contrato de gestão e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

h) Investimentos

Avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiram a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

A Fundação possui bens contabilizados no grupo do ativo imobilizado que foram emprestados conforme nota explicativa 8.

j) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

k) Fornecedores e prestadores de serviços

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

l) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

m) Contratos de gestão

Os contratos são reconhecidos pelo valor justo, e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado como receita, no mesmo momento do reconhecimento das despesas correspondentes, os valores são registrados no ativo em contrapartida do passivo, essas transações estão demonstradas na nota explicativa 13.

n) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das

demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

Aliquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

q) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída para os bens do ativo não circulante (imobilizado). A realização do ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável (basicamente pela baixa e depreciação do bem do ativo imobilizado avaliado) é registrada diretamente em superávit/déficit acumulados no patrimônio líquido.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	38.091	1.063
Bancos conta movimento	120.564	816.370
Bancos conta movimento – Contrato de Gestão	5.898.141	6.373.088
Aplicações financeiras (i)	1.347.698	3.839.739
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão	21.894.030	12.611.786
Total	29.298.524	23.642.046

(i) Refere-se aos fundos de investimento, cujo resgate pode ocorrer de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

5. Contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Convênios	1.244.005	1.361.664
Outros Créditos a receber	1.300.676	438.250
Sistema Único de Saúde - SUS	4.458.721	3.410.096

Contrato de Gestão (ii)	1.355.200	6.030.943
(-) Perdas estimadas c/créditos de liquidação duvidosa (i)	-1.460.481	-1.367.992
Total	6.898.121	9.872.961

(i) Refere-se à estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento

(ii) Referente aos contratos públicos de gestão firmados com a Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, conforme descrito na nota explicativa 1

6. Estoques

Descrição	2023	2022
Medicamentos	1.463.184	2.799.653
Almoxarifado (i)	2.589.907	3.459.277
Total	4.053.092	6.258.930

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

7. Outros créditos

Descrição	2023	2022
Cartões de Crédito	2.515	4.260
Adiantamento a colaborador	183.443	244.844
Adiantamento a colaborador -C. Gestão	324.597	268.906
Adiantamentos a fornecedores	8.162	8.549
Adiantamentos a fornecedores -C.Gestão	7.410	7.410
Reajuste salarial - C.Gestão (i)	416.315	493.132
Total	942.442	1.027.101

(i) Refere-se ao valor de provisionamento de créditos já recebidos que devem ser mantidos em caixa para pagamento futuro dos colaboradores quando ocorrer a aplicação do reajuste previsto pelo sindicato da categoria

8. Imobilizado

a. Composição do Saldo

Descrição	Custo AAP	Depreciação Acumulada	2023	2022
Terrenos	1.640.492	-	1.640.492	1.640.490
Edificações	5.485.985	- 2.309.890	3.176.095	3.369.300
Máquinas e equip.	3.249.647	- 2.311.536	938.111	915.754
Móveis e utensílios	1.332.149	- 847.200	484.949	314.382
Equip.de Informática	668.210	- 583.010	85.200	117.837
Equip.Hospitalares	1.672.734	- 544.856	1.127.877	1.272.492
Veículos	44.206	- 44.206	-	-
Bens públicos estaduais (i)	2.121.103	-	2.121.103	2.121.103
Bens públicos municipais(i)	2.520.499	-	2.520.499	2.520.079
Total	18.735.025	6.640.699	12.094.326	12.271.437

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída provisão para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

As vidas úteis e valores residuais foram revisados pela administração seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, e não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

(i) Bens emprestados para a fundação pelo estado e município para enfrentamento da pandemia, conforme descrito na nota explicativa 12(iv).

b. Movimentação do custo histórico + ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	2022	Adições	Baixa	2023
Terrenos	1.640.492	-	-	1.640.492
Edificações	5.485.985	-	-	5.485.985
Máquinas e equip.	3.082.912	166.735	-	3.249.647
Móveis e utensílios	1.089.391	242.758	-	1.332.149
Equip.de Informática	668.210	-	-	668.210
Equip.Hospitalares	1.659.063	13.671	-	1.672.734
Veículos	44.206	-	-	44.206
Bens públicos estaduais	2.121.103	-	-	2.121.103
Bens públicos municipais	2.520.079	420,00	-	2.520.499
Total	18.311.441	423.584	-	18.735.025

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2022	Adições	Baixa	2023
-----------	------	---------	-------	------

Edificações	2.116.685	-	193.205	- -	2.309.890
Máquinas e equip.	2.167.158	-	144.378	- -	2.311.536
Móveis e utensílios	775.009	-	72.191	- -	847.200
Equip.de Informática	550.375	-	32.637	- -	583.010
Equip.Hospitalares	386.571	-	158.285	- -	544.856
Veículos	44.206	-	-	- -	44.206
Total	6.040.004	600.697	-	-	6.640.699

9. Empréstimo e Financiamentos

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	2023	2022
Saldos iniciais	757.521	1.366.534
Captação de empréstimos e financiamentos	-	108.468
Amortização de empréstimos, financiamentos e juros	- 781.068	- 807.120
Juros e variação monetária	23.547	89.639
Total	-	757.521

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) para o capital de giro são de 0,75% a.m.

Firmou-se como garantia obrigatória a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis.

A prestação mensal foi de R\$ 67.259,96 para pagamento em 27 prestações que finalizou a última parcela em outubro de 2023.

10. Fornecedores e Prestadores de Serviços

Descrição	2023	2022
Fornecedores e Prestadores de Serviços	862.176	2.093.641
Fornecedores e Prestadores de Serviços - C.Gestão	2.120.937	1.877.422
Honorários médicos - Pessoa física	26.844	28.073
Honorários médicos - Pessoa física - C.Gestão	950	12.355
Honorários médicos - Pessoa Jurídica	1.691.751	1.524.679
Honorários médicos - Pessoa Jurídica - C.Gestão	3.623.176	3.351.331
Total	8.325.832	8.887.501

11. Salários, encargos sociais e obrigações tributárias

<u>Modalidade</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	939.357	1.160.177
Salários a pagar - Contrato de Gestão (ii)	2.523.858	2.113.539
Pensão alimentícia a pagar	321	2.161
Pensão alimentícia a pagar - Contrato de Gestão (ii)	6.792	6.505
Vale alimentação	74.502	64.417
Vale alimentação - Contrato de Gestão (ii)	199.503	114.362
Contribuição Sindical	15.028	11.637
Contribuição Sindical - Contrato de Gestão (ii)	25.846	15.991
INSS empregados (i)	124.993	111.143
INSS empregados - Contrato de Gestão (ii)	315.654	250.852
FGTS - Empregados (i)	181.380	198.090
FGTS - Empregados - Contrato de Gestão (ii)	445.405	348.782
IRRF a recolher (i)	634.671	227.310
IRRF a recolher - Contrato de Gestão (ii)	35.578	440.934
INSS retido	-	77
INSS retido - Contrato de Gestão (ii)	45.615	80.930
COFINS / PIS (i)	101.417	81.951
COFINS / PIS - Contrato de Gestão (ii)	118.746	131.512
ISS	534	618
ISS- Contrato de Gestão (ii)	6.151	17.621
Rescisões a pagar	64.787	3.925
Rescisões a pagar - Contrato de Gestão (ii)	12.950	6.952
Bolsa Auxílio	-	1.550
Total	5.873.088	5.391.036

(i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos a pagar referente ao exercício seguinte.

(ii) Relativo as obrigações com salários, encargos sociais e tributárias vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizam em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 3.736.098 e em 31 de dezembro de 2022 R\$ 3.527.980 – vide nota explicativa 21

12. Outras Obrigações

<u>Modalidade</u>	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Água e esgoto (i)	487.106	-	424.573	-
Água e esgoto - C.Gestão (iii)	281.423	-	165.185	-
Energia elétrica	60.445	-	44.428	-
Energia elétrica - C.Gestão (iii)	92.505	-	50.946	-
Empréstimo consignado	62.030	-	58.119	-

Empréstimo consignado - C.Gestão (iii)	178.405	-	126.831	-
Outros Valores a pagar	4.804	-	12.176	-
Outros Valores a pagar - C.Gestão (iii)	30.700	-	-	-
Cessão/Empréstimos - Bens Públicos Estaduais - (iv)	-	3.538.123	-	3.538.123
Cessão/Empréstimos - Bens Públicos Municipais - (iv)	-	1.103.479	-	1.103.059
Serviços de Lavanderia	47.897	-	48.882	-
Adesão SES - Medicamentos Covid 19 - (v)	768.359	-	768.359	-
Parcelamento de água e esgoto (ii)	211.960	513.259	200.390	684.001
Parcelamento Processos trabalhistas	-	-	-	157.711
Ações Judiciais e Trabalhista	361.044	-	-	-
Adiantamentos de terceiros	402.957	-	335.695	-
Total	2.989.635	5.154.862	2.235.584	5.482.894

(i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.

(ii) Através do processo administrativo n.04.2015.024671-7 - Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 a favor da DAERP (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2022 a 2014. A dívida foi parcelada em 120 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível em 17/01/2016 no valor de R\$ 8.888 e as demais no dia 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.

(iii) Refere-se a obrigações diversas vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizam em 31/12/2023 o valor de R\$ 583.034 e em 2022 o valor R\$ 342.962- vide nota explicativa 21.

(iv) Com o agravamento da pandemia em meados de 2020, a Fundação Hospital Santa Lydia recebeu alguns itens de imobilizados cedidos pelo governo do Estado de São Paulo através da DRS XIII, CEADIS, firmados por meio de Termos de Permissão de Uso. Foram destinados para enfrentamento à Covid-19, dentre eles, cama hospitalares, respiradores, aparelhos de anestésias, bombas de infusão e ventiladores pulmonares, além disso, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto também cedeu uso de alguns itens como carros de alimentos, desfibriladores e monitores cardíacos. A cessão desses equipamentos é por tempo indeterminado, estipulando o período em que persistir a necessidade de adoção das medidas de enfrentamento e combate aos efeitos da pandemia de Covid-19. Demais itens registrados, descritos por 03 poltronas e 01 aparelho de eletrocardiograma, também pertencentes a Prefeitura de Ribeirão Preto lotados em unidades de saúde geridas pela Fundação que, em determinado momento, foram emprestados para o Hospital Santa Lydia em suas operações usuais, os quais devem ser desenvolvidos até o término das necessidades de uso. Em 2022 foram cedidos também como empréstimos cama, equipamentos hospitalares e cadeiras de roda. Em 2023 divã de exame médico. Os valores foram reconhecidos em contas patrimoniais de ativos (imobilizado - nota explicativa 8) e passivo, não tendo efeito no resultado da Fundação.

(v) Os valores de medicamentos foram comprados para atendimento na pandemia da Covid-19 através das portarias 050/2021, 054/2021 e 084/2021, serão pagos no decorrer dos exercícios.

13. Contratos de gestão e convênios a realizar

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contrato Gestão 01/2018 - UBDS Central	-	2.042.817
Contrato Gestão 01/2018 - UBDS Central Estadual	-	1.580
Contrato Gestão 02/2018 - Upa Leste Federal	-	1.979.626
Contrato Gestão 02/2018 - Upa Leste Estadual	-	12.333
Contrato Gestão 01/2020 - Cristo Federal	2.244.902	814.675
Contrato de Gestão 01/2021 - Upa Norte	5.649.980	1.481.355
Contrato Gestão 01/2021- Upa Norte Estadual	176.083	16.548
Contrato de Gestão 29/2021 UBS Quintino I	2.296.709	971.077
Contrato Gestão 02/2020 UPA Oeste Estadual	-	675
Convênio 141/2022 Caps IV	2.088.033	651.380
Convênio 04 e 022/2020 HMFA	34.161	-
Contrato de Gestão 02/2020 UPA Oeste	1.964.676	-
Contrato de Gestão 108/2021 Ubds V.V.	5.679.016	-
Convênio 141/2022 CA4 Municipal	1.439.017	-
Contrata Gestão 01/2020 Upa Norte Federal	198.971	-
Contrato Gestão 02/2020 Upa Oeste Federal	629.883	-
Contrato Gestão 108/2021 Ubds V.V. Federal	135.277	-
Contrato Gestão 146/2023 Upa 13 Federal	1.862.803	-
Contrato Gestão 29/2021 UBS Quin I - Federal	6.201	-
Convênio 022/2020 HMFA - Federal	25.621	-
Contrato Gestão 146/2023 Upa 13 Municipal	3.550.068	-
Total	27.981.400	7.972.066

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais - NBCTG 07 (R2): Subvenção e assistência governamental.

14. Provisões para Contingências

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhista	1.406.756	1.836.855
Trabalhista - Contrato de Gestão (i)	1.389.037	274.071
	2.795.793	2.110.926

(a) Movimentação das Provisões para contingência e depósitos judiciais

	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisão para Contingência</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2022	377.176	1.127.971
Diminuição	- 177.649	- 812.173
Aumento	368.534	1.795.128

Saldo em 31 de dezembro de 2022	568.061	2.110.926
Diminuição	- 36.773	- 1.232.793
Aumento	893.525	1.917.660
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.424.813	2.795.793

15. Passivos Contingentes

A Fundação possui passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de tribunais e termos de acordo previstos em lei entre as partes envolvidas, e, como consequência disso, a Administração da Fundação não pode, no estágio atual, estimar a tempo exato de resolução desses temas. Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza cível trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 10.802.538 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 14.362.307 em 31 de dezembro de 2022. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas não foi constituída qualquer provisão para contingências.

16. Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

Representado pelo aporte de R\$ 10.200.00 (R\$ 2.200.000 em 2017; R\$ 4.800.000 em 2016 e R\$ 3.200.000 em 2015) conforme lei 13.527/2015 e, também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.

b. Reserva de doações:

Constituída por doações realizadas por pessoa física e jurídica para o curso normal dos negócios da Fundação.

c. Ajuste de avaliação patrimonial:

Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.

d. Superávits e Déficits acumulados:

Representa o superávit ou déficits do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

17. Serviços de Saúde

A receita líquida de prestação de serviços possui a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Particulares	154.434	50.286
Contrato de Gestão (nota 21)	126.296.224	116.652.713
SUS (i)	31.846.922	27.585.544
Convênios (ii)	3.335.735	3758.788
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (iii)	-	111.076
Total	161.633.314	148.158.407

Outras Receitas Operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Administrativa (iv)	3.303.527	1.606.171
Trabalho Voluntário - ITG 2002 (R1)	650.079	650.079
Receitas com Doações	83.068	259.500
Total	4.036.674	2.515.750

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital

(iii) São os contratos e convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

(iv) São os convênios de cooperação técnica entre a Fundação e as Instituições de Ensino.

18. Despesas dos Serviços prestados

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços médicos pessoa física e jurídica	- 12.108.084	- 8.513.163
Serviços médicos - Contrato Gestão (nota 21)	- 39.337.208	- 34.178.928
Despesa com pessoal	- 19.741.640	- 15.889.417
Despesa com pessoal - Contrato de Gestão (nota 21)	- 46.508.821	- 45.241.946
Despesa com pessoal - rateio	- 7.572.598	-
Serviços de empresas	- 947.256	- 791.171
Serviços de empresas - Contrato de Gestão (nota 21)	- 8.147.543	- 10.542.262
Medicamentos	- 4.537.816	- 3.330.235
Medicamentos - Contrato de Gestão (nota 21)	- 7.340.594	- 8.965.288
Materiais Hospitalares - Contrato de Gestão (nota 21)	-	- 37
Materiais de Enfermagem	- 1.729.134	- 2.146.572
Materiais e serviços de laboratório	- 759.000	- 39.004

Materiais e serviços de laboratório -C.Gestão (nota 21)	-	1.321.607	-	1.564.890
Órteses e próteses	-	38.053	-	49.060
Material de escritório	-	165.755	-	107.055
Material de escritório - Contrato de Gestão (nota 21)	-	303.002	-	194
Gêneros alimentícios	-	314.525	-	107.455
Gêneros alimentícios - Contrato de Gestão (nota 21)	-	320.279	-	1.778.641
Material de Limpeza	-	216.912	-	190.546
Outras Despesas	-	-	-	26.148
Outras Despesas- Contrato de Gestão (nota 21)	-	1.347.517	-	124.903
Materiais em geral	-	747.217	-	727.505
Materiais em geral - Contrato de Gestão (nota 21)	-	3.408.300	-	3.531.355
Impostos, taxas e contribuições	-	229.620	-	5.198
Aluguéis/locação	-	639.047	-	179.739
Locação e Utilidade Pública - Contrato Gestão (nota 21)	-	2.474.529	-	4.671.372
Energia Elétrica	-	438.206	-	29.371
Energia Elétrica - Contrato de Gestão (nota 21)	-	898.435	-	435.696
Água e esgoto	-	174.189	-	11.022
Água e esgoto - Contrato de Gestão (nota 21)	-	1.242.081	-	163.497
Conservação e manutenção	-	410.845	-	181.774
Conservação e manutenção - Contrato de Gestão (nota 21)	-	249.513	-	130.636
Despesa com depreciação	-	600.695	-	445.875
Acordos e custas processuais	-	453.955	-	225.034
Provisão para Contingências	-	1.029.646	-	1.393.381
Perdas estimadas pra créditos de liquidação duvidosa	-	92.490	-	622.348
Bens e materiais permanentes - C.Gestão (nota 21)	-	-	-	7.119
Despesas Diversas	-	1.194.650	-	849.254
Despesas Diversas - Contrato de Gestão (nota 21)	-	-	-	144.990
Despesas operacionais - rateio	-	7.299.205	-	6.096.017
Total	-	172.280.677	-	153.438.098

19. Receitas Diversas

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recuperações de despesas	14.907	1.335
Multa Contratual	129.331	-

Outras receitas (i)	8.355	2.532.661
	152.592	2.533.996

(i) Representado substancialmente pelo ganho do contrato 032/2022 celebrado junto ao Banco Santander pelo processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento - Processo 014/2022 e Pregão 019/2022.

20. Receita e despesa financeiras

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	22.864	20.978
Rendimento sobre aplicação financeira	285.398	468.637
Juros e Correção Monetária	1.276	-
	<u>309.538</u>	<u>489.615</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	- 74.050	- 134.371
Despesas bancárias	- 152.007	- 140.606
	<u>- 226.057</u>	<u>- 274.978</u>
Total	83.482	214.638

21. Contratos de Gestão

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas Serviços de Saúde:		
Contrato de Gestão - UPA Leste Federal	5.138.730	5.728.673
Contrato de Gestão - UPA Leste Municipal	23.403.085	20.264.881
Contrato de Gestão - Cristo Redentor Federal	4.392.841	4.299.717
Contrato de Gestão - HMFA Municipal	7.260.729	6.338.307
Contrato de Gestão - HMFA Federal	113.751	-
Contrato de Gestão - Upa Norte municipal	23.927.683	24.850.384
Contrato de Gestão - Upa Norte federal	2.354.329	-
Contrato de Gestão - Upa Oeste municipal	24.641.262	25.489.161
Contrato de Gestão - Upa Oeste federal	234.559	-
Contrato de Gestão - UBS Quintino I - municipal	3.533.982	3.652.673
Contrato de Gestão - UBS Quintino I - federal	34.135	-
Contrato de Gestão - UPA Vila Virgínia municipal	24.291.880	25.271.101

Contrato de Gestão - UPA Vila Virgínia - federal	166.876	-
Contrato de Gestão - Caps IV municipal	3.532.281	757.816
Contrato de Gestão - Caps IV federal	3.270.102	-
Total	126.296.224	116.652.713

Despesas dos Serviços Prestados:

Serviços médicos - Contrato de Gestão (nota 19)	- 39.337.208	- 34.178.928
Despesa de pessoal - Contrato de Gestão (nota 19)	- 46.508.821	- 45.241.946
Despesa de Pessoal - CG rateio	- 6.817.000	- 5.170.959
Serviços de empresas - Contrato de Gestão (nota 19)	- 8.147.543	- 10.542.262
Medicamentos - Contrato de Gestão (nota 19)	- 7.340.594	- 8.965.288
Materiais Hospitalares - Contrato de Gestão (nota 19)	-	- 37
Materiais de laboratório - Contrato de Gestão (nota 19)	- 1.321.607	- 1.564.890
Material de escritório - Contrato de Gestão (nota 19)	- 303.002	- 194
Gêneros alimentícios - Contrato de Gestão (nota 19)	- 320.279	- 1.778.641
Outras Despesas - Contrato de Gestão (nota 19)	- 1.347.517	- 124.903
Materiais em geral - Contrato de Gestão (nota 19)	- 3.408.300	- 3.531.355
Locação e Utilidade Pública - Contrato de Gestão (nota 19)	- 2.474.529	- 4.671.372
Energia Elétrica - Contrato de Gestão (nota 19)	- 898.435	- 435.696
Água e esgoto - Contrato de Gestão (nota 19)	- 1.242.081	- 163.497
Conservação e manutenção - Contrato de Gestão (nota 19)	- 249.513	- 130.636
Diversas - Contrato de Gestão (nota 19)	-	- 144.990
Bens e materiais permanentes - Contrato de Gestão (nota 19)	-	- 7.119
Despesas operacionais - rateio e	- 6.579.793	-
Total dos Custos e despesas	- 126.296.224	- 116.652.713
Receitas (-) despesas	=	=

22. Demonstrativo das Contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 7º da lei complementar 187/2021, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mês de Competência	2023		2022	
	Base de Cálculo	Isenção	Base de Cálculo	Isenção
Janeiro	4.656.087	1.304.487	4.411.935	1.270.641
Fevereiro	4.855.296	1.360.298	4.635.830	1.335.123
Março	4.585.922	1.284.828	4.530.005	1.304.645
Abril	5.267.705	1.475.842	4.357.591	1.254.990
Maió	4.983.991	1.396.355	4.235.632	1.219.866
Junho	4.612.950	1.292.401	4.343.670	1.250.981
Julho	4.878.859	1.366.900	5.053.040	1.455.280
Agosto	5.106.658	1.430.722	4.970.474	1.431.501
Setembro	5.099.075	1.428.598	4.858.992	1.399.394
Outubro	5.868.713	1.644.226	4.357.065	1.254.838
Novembro	5.189.192	1.453.846	4.483.016	1.291.112
Dezembro	9.358.565	2.621.971	4.510.234	1.298.951
Total	64.463.013	18.060.473	54.747.484	15.767.322

23. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

24. Remuneração da administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades.

25. Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Conselho Curador – constituído de nove membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período, sendo: cinco membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, dois membros eleitos entre os empregados da Fundação Hospital Santa Lydia e um membro eleito entre as instituições de ensino superior sediadas em Ribeirão Preto. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, um indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e um indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Diretoria Executiva – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

26. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68. Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

RELATÓRIO CIRCUNSTACIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames do exercício de 2023, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS.

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado. Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Societária e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma entidade, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividade de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição de riscos, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

A fundação possui várias normas disciplinando os procedimentos internos operacionais. Tais normas não estão descritas num Manual de Controles Internos devidamente aprovado e implementado a um sistema informatizado integrado (ERP – Gerenciador de todas as operações), o que dificulta a formação de uma opinião sobre possíveis distorções relevantes na elaboração das demonstrações contábeis e que são responsabilidade da administração da fundação.

O controle interno compreende o plano de organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa entidade para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas; exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis; incremento na eficiência operacional; e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes

2. DEPARTAMENTO PESSOAL

2.1 Folha de Pagamentos

Analizamos as folhas de pagamento de janeiro a dezembro do ano de 2023, bem como, guias de recolhimentos (INSS, IRRF, FGTS), e confrontamos os valores dos encargos gerados pelos rendimentos com as guias de recolhimento não constatando irregularidades nestes aspectos.

2.2 Provisões de Férias e 13º Salário

Constatamos que as Provisões de Férias e 13º Salário e seus respectivos encargos foram efetuadas mensalmente, com saldo de R\$ 8.192.073 em 2023 e que ao confrontamos com o saldo contábil em 31/12/2023 não constatando divergências.

3. BANCOS

Confrontamos os registros contábeis com os extratos bancários e as conciliações bancárias, não constatando divergências.

As conciliações estão devidamente elaboradas pelo setor contábil responsável e arquivadas digitalmente.

4. ESTOQUES

Acompanhamos a realização do Inventário Físico de estoques, sendo gerado um relatório de auditoria, já entregue à administração em dezembro de 2023, para as devidas providências.

5. ESTUDOS PARA A REVISÃO ANUAL SOBRE O IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as entidades foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou

as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Fundação tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação/amortização acumuladas registradas no ativo não circulante, e da despesa de depreciação/amortização registradas no resultado do exercício.

6. TESTE DE IMPAIRMENT (teste de recuperabilidade)

A Administração da Fundação não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 01 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

7. ASSESSORES JURÍDICOS

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da entidade é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

Os assessores jurídicos apresentaram as posições dos processos e que são:

TIPO DE AÇÃO	PERDA REMOTA	PERDA POSSÍVEL	PERDA PROVÁVEL
TODAS	6.540.774,87	10.802.538,56	2.081.919,99

Foi fornecida uma planilha dos assessores jurídicos, que informam ainda o seguinte os valores acima.

A contabilidade, em 31/12/2023, tem contabilizado em provisão para contingências o valor de R\$ 2.795.793 (R\$ 2.268.637 em 2022), que não coincide com as informações dos assessores jurídicos, ocasionando uma diferença contabilizada a maior no valor de R\$ 713.874.

Recomendamos ajustar os valores no ano de 2024.

8. DÉFICIT ACUMULADO

A entidade possui passivo a descoberto em virtude de déficits acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$ 60,367 milhões (R\$ 57,388 milhões em 2022). Em 2023 o Déficit apurado foi de R\$ 2,978 milhões (R\$ 3,907 milhões em 2022). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

9. RELATÓRIOS TRIMESTRAIS E INVENTÁRIO

Como parte de nossos trabalhos, efetuamos relatórios trimestrais para as análises operacionais e contábeis no exercício de 2023. Foram emitidos 3 (três) relatórios de revisão no decorrer deste exercício, com recomendações para a regularização dos pontos encontrados. Com relação às recomendações efetuadas nos relatórios trimestrais, parte foi regularizada e outra parte está em análise da administração.

Foi também emitido um relatório de auditoria sobre os inventários físicos de estoque realizados em 2023, e que continha diversas recomendações sobre a forma e a apuração dos estoques.

10. CONDIÇÕES DESTE RELATÓRIO

As recomendações deste relatório destinam-se exclusivamente à informação e ao uso da Administração e dos responsáveis pela governança da entidade, e não foram preparadas para serem utilizadas por qualquer outra pessoa que não essas partes especificadas, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do art. 410 do Novo Código de Processo Civil (NCPC), seu uso para qualquer outro fim. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

11. CONCLUSÃO

Com base, nos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto pelos pontos comentados neste relatório, nos relatórios trimestrais e no relatório de auditoria de inventário.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

Sócio

CTCRC1SP242826/O-3